

Campeão das Províncias

04-03-2010

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Regional

Tiragem: 0

Temática: Política

Dimensão: 131

Imagem: S/Cor

Página (s): 3

COMENTÁRIO



RUI LAVELAR

A desconcertante ingenuidade do PGR

O titular da Procuradoria-Geral da República (PGR), Fernando Pinto Monteiro, responsável máximo do Ministério Público (MP), diz ter "muita consideração" pelo magistrado aveirense João Marques Vidal, procurador que extraiu uma certidão do processo "Face oculta" e sugeriu a abertura de outro inquérito destinado a aferir se José Sócrates cometeu um crime de atentado ao Estado de Direito democrático.

Em recente entrevista concedida à revista Visão, o procurador-geral acentua, porém, não estar "obrigado a concordar com as opiniões jurídicas" de Marques Vidal.

Acossado por frequentes críticas ao seu desempenho, Pinto Monteiro diz-se confortado por ter pedido a colaboração de outros magistrados e também eles não terem vislumbrado indícios a apontar para o cometimento de tal crime.

"As simples escutas não chegam, de forma alguma, para indiciar o cometimento do ilícito que era apontado", declarou o procurador-geral da República.

Segundo Freitas do Amaral, Pinto Monteiro optou por uma "decisão jurídico-política"

A afirmação de que não pode abrir inquéritos baseados em escutas que o presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), Noronha Nascimento, não autorizou nem validou é um argumento mistificador. Por um lado, há escutas sobre as quais não se pronunciou o presidente do STJ e cujo teor justifica a abertura de inquérito; por outro, duvido que o titular da PGR tenha andado bem ao submeter à apreciação de Noronha Nascimento escutas em que Sócrates foi ouvido fortuitamente.

Acresce que, a avaliar pelos excertos de escutas recentemente divulgados, há razões para crer que alguns arguidos do processo "Face oculta" foram alertados para a interceptação das suas comunicações.

Houve conversas que, até 25 de Junho de 2009, evidenciaram sempre determinados indícios e, depois dessa data, houve outras cujo teor parece ter sido concebido para baralhar os investigadores.

Ora, é aqui que se me afigura avultar a ingenuidade do procurador-geral da República, pois há despachos dele (inadmissivelmente fechados a sete chaves) a justificar a não abertura de outro inquérito com base em conversas que Marques Vidal e inspetores da Polícia Judiciária consideram "plantadas" (leia-se ficcionadas) para iludir polícias e magistrados.

Ricardo Sá Fernandes, advogado do ex-consultor jurídico da Portugal Telecom Paulo Penedos, disse, há dias, ao Jornal i, que urge apurar "se existem ou não indícios" de que o chefe do Governo praticou um crime de atentado ao Estado de Direito democrático mediante a eventual intervenção num plano destinado a mexer com o controlo accionista da TVI e dos jornais Público e Correio da Manhã.

De resto, o ex-secretário de Estado Sá Fernandes é peremptório a afirmar que "o problema número um da Justiça portuguesa é a falta de escrutínio público das decisões judiciais e não a violação do segredo de Justiça". "Há segredo a mais e escrutínio público a menos", adverte o advogado.

Neste contexto, o catedrático de Direito Administrativo Diogo Freitas do Amaral acaba de considerar que o titular da PGR "optou por uma interpretação muito restritiva" do conceito de atentado ao Estado de Direito democrático.

Entende Freitas do Amaral que o caso passou do mundo do Direito para o da política por meio de uma "decisão jurídico-política" de Pinto Monteiro. Apesar, digo eu, de só se esperar do procurador-geral que faça Justiça e não política.